





















LOCAL GOVERNMENTS AND MUNICIPAL AUTHORITIES CONSTITUENCY POSIÇÃO CONJUNTA LGMA COP30

A Local Governments and Municipal Authorities (LGMA) Constituency representa a voz das vilas, cidades, municípios, territórios, províncias, regiões, estados, governos descentralizados e outras entidades (daqui em diante referidos como governos locais e outros subnacionais) no processo da UNFCCC.

Para mais informações, visite cities-and-regions.org

COMITÊ DE REDAÇÃO

Yunus Arikan | ICLEI - Local Governments for
Sustainability, LGMA Focal Point
Eva Baños de Guisasola | Council of European
Municipalities and Regions (CEMR)
Agathe Cavicchioli | Global Covenant of Mayors
for Climate & Energy (GCoM)
Héloïse Chicou | Regions4
Amelia Dearman | Global Covenant of Mayors
for Climate & Energy (GCoM)
Ariel Dekovic | ICLEI - Local Governments for Sustainability
Carlos de Freitas | Global Fund for Cities
Development (FMDV)

Teresa Garcia Perez | European Committee of the Regions (CoR)
Urszula Kasperek | C40 Cities
Nehmat Kaur | Under2 Coalition
Casimir Legrand | C40 Cities
Asif Nawaz Shah | Global Covenant of Mayors for Climate & Energy (GCoM)
Champa Patel | Under2 Coalition
Sol Rowe Welch | C40 Cities
Pablo Sebastian Mariani | United Cities and Local Governments (UCLG)
Toby Walker | Under2 Coalition





OS GOVERNOS LOCAIS E OUTROS SUBNACIONAIS SÃO ESSENCIAIS PARA PRESERVAR O MULTILATERALISMO CLIMÁTICO E LEVAR O MUNDO DAS NEGOCIAÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO.

Como LGMA Constituency, acreditamos que o sucesso na COP30 significa colocar os governos locais e outros subnacionais no centro dos esforços globais de implementação, reconhecendo formalmente e utilizando o papel vital que desempenham na promoção de uma ação climática mais ambiciosa e inclusiva. Podemos revelar o verdadeiro potencial do Acordo de Paris ao adotar esta abordagem, que incorpora o espírito de "Mutirão" solicitado pela Presidência da COP30 - um esforço coletivo para passar da negociação à implementação e do propósito ao impacto.

Para ajudar a concretizar essa visão e incentivar a ação e a cooperação de que precisamos neste momento crítico, é assim que os principais atores - incluindo as Partes do Acordo de Paris, as Presidências atuais e futuras da COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), os apoiadores da Coalizão para Parcerias Multiníveis de Alta Ambição para Ação Climática (CHAMP), o Secretariado da UNFCCC, outras *Observer Constituencies* da UNFCCC, juntamente com os 193 signatários da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - podem contribuir para tornar a COP30 um sucesso:

- 1. Avançar em direção a um programa de trabalho formal da UNFCCC dedicado a promover a ação climática multinível, em colaboração com governos locais e outros subnacionais, na preparação para o Balanço Global em 2028, como também para acelerar e fortalecer as sinergias entre a Nova Agenda Urbana e a ação climática, com base em resultados anteriores relevantes da UNFCCC, o progresso nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) 3.0 e ciente dos resultados do Relatório Especial do IPCC sobre Cidades, previsto para 2027.
- 2. Operacionalizar indicadores de adaptação que refletem prioridades locais e territoriais e capturem seus progressos em relação ao Objetivo Global de Adaptação.
- 3. Reconhecer formalmente os atores locais e outros atores subnacionais como parceiros indispensáveis para os governos nacionais na implementação de políticas e programas de transição justa.
- **4.** Elevar a localização do financiamento climático como um pilar fundamental da arquitetura financeira global em evolução, garantindo que os recursos sejam canalizados adequadamente para os governos locais e regionais.
- 5. Inaugurar uma nova era de cooperação multinível na agenda global de clima e sustentabilidade. As negociações da COP30 continuam a promover o envolvimento de governos locais e outros subnacionais na concepção de processos novos e holísticos de governança climática e de sustentabilidade, inclusive mediante as próximas reformas da ONU80.

Os governos locais e subnacionais estão na linha de frente da crise climática e são os primeiros respondentes quando os impactos climáticos se manifestam. Eles geram mais de 50% do PIB global e regulam, planejam e





tributam para promover a ação climática; de fato, 44% de todos os instrumentos de precificação de carbono são implementados nos níveis estaduais e regionais. Cidades e regiões no mundo inteiro estão promovendo ativamente a ação climática, algumas reduzindo suas emissões e desenvolvendo resiliência a um ritmo mais rápido do que seus governos nacionais. Apesar disso, menos de 10% do financiamento climático chega atualmente a esses governos subnacionais. A COP30 em Belém, Brasil, representa uma oportunidade para mudar esse cenário.

Comemoramos marcos recentes da cooperação climática multilateral: o acordo histórico da COP28 para a transição dos combustíveis fósseis, o Fundo de Perdas e Danos da COP27 e o compromisso da COP29 de mobilizar \$1,3 trilhão de dólares (USD) por ano até 2035. Esses avanços demonstram que ações ambiciosas e inclusivas podem gerar progressos reais.

Agora, a COP30 deve aproveitar e ampliar esse impulso. A Agenda de Ação da COP30, apoiada pela Presidência e pelos campeões de Alto Nível das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, pode levar o mundo da negociação à implementação.

No mundo inteiro, cidades e regiões já estão mostrando o que é possível alcançar. Nos países que apoiaram a CHAMP para ação climática, os compromissos climáticos das cidades poderiam fechar 37% da lacuna entre as NDCs atuais e uma trajetória alinhada com o Acordo de Paris. Os governos subnacionais do Sul Global, em particular, estão promovendo soluções vitais de adaptação e mitigação, fortalecendo as NDCs e os Planos Nacionais de Adaptação (PNAs) e incorporando as prioridades locais às metas globais. O que precisamos agora são processos internacionais que possam ampliar e acelerar ainda mais esse progresso.

Antes da COP30, o Fórum de Líderes Locais no Rio de Janeiro irá destacar essas soluções como parte do Mutirão Global, conectando a ação climática liderada por comunidades às negociações da COP. Iniciativas como a CHAMP podem catalisar uma nova era de governança multinível, incorporando a liderança de cidades e regiões às estratégias nacionais e quadros globais.

Ao reconhecer formalmente os atores subnacionais, ampliar a localização do financiamento climático e garantir um fórum permanente para governos locais e outros subnacionais no âmbito da COP, as autoridades competentes em Belém podem aproveitar a oportunidade para promover uma ação climática inclusiva e transformadora, de que as pessoas em todo o mundo precisam.

Outras recomendações práticas, contexto-chave e textos propostos para negociadores acompanham esta declaração.





ENDOSSO DE REDES DE GOVERNOS LOCAIS E OUTROS SUBNACIONAIS







































































































Union of Municipalities of Türkiye

ANAMMA - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, Brazil





ANEXO 1: AÇÃO MULTINÍVEL E URBANIZAÇÃO NO ÂMBITO DA UNFCCC

Complementando fóruns, summits, campanhas, iniciativas e pavilhões liderados pela <u>LGMA Constituency nas COPs.</u>

1. Multinível	2023 - COP28 Balanço Global - <u>Decisão - parágrafo 161 - incentivando a ação</u> <u>multinível</u>
	2021 - COP26 Pacto Climático de Glasgow - <u>Decisão - preâmbulo - necessidade</u> <u>de ação multinível</u>
	2015 - COP21 Acordo de Paris - Decisão - preâmbulo - reconhecendo a importância de envolver todos os níveis de governo
	2014 - SB40 Fórum sobre experiências e boas práticas de cidades e autoridades subnacionais em relação à adaptação e mitigação
	2010 - COP16 Acordos de Cancún - Decisão - parágrafo 9 atores governamentais
2. Mitigação	2024 - COP29 - <u>Programa de Trabalho de Mitigação em cidades, edifícios e sistemas urbanos</u>
	2014 - SB40 e Reuniões Técnicas de Especialistas ADP sobre o ambiente urbano
	2013 - ADP2.3: Workshop sobre ambição pré-2020 - urbanização e o papel dos governos na promoção da ação climática nas cidades
3. Adaptação	2023 - COP28 Balanço Global - Decisão - parágrafo 63
	2015 - COP21 Acordo de Paris - Decisão - Artigo 7.2
4. Perdas e Danos	2023 - COP28 - Decisão - acesso direto subnacional, parágrafos 20e, 44, 48
5. Finança	2019 - COP25 Comitê Permanente de Finanças - Relatório
6. Ação para o Empoderamento Climático (ACE)	2021 - Programa de Trabalho de Glasgow - <u>Preâmbulo - parágrafos 12, 19, 26c,</u> 29e
7. Presidência da COP - Action Agenda	2025 - COP30 <u>Eixo 4 - Construindo resiliência para cidades, infraestrutura e</u> recursos hídricos
	2024 - COP29 - MAP - 3ª Reunião Ministerial sobre Cidades e Clima
	2023 - COP28 - <u>Balanço</u> - <u>CHAMP</u> - <u>2ª Reunião Ministerial sobre Cidades e Clima</u> ; Natureza Urbana
	2022 - COP27 - <u>SURGe</u> , <u>Agenda de Adaptação de Sharm El-Sheikh</u> e <u>1ª Reunião</u> <u>Ministerial sobre Clima Urbano</u>
	2021 - COP26 - <u>Race-to-Zero</u> , <u>Race-to-Resilience</u>
	2019 - COP25 - <u>Climate Ambition Alliance</u>
	2018 - COP24 - <u>Diálogo de Ação Multinível</u>
	2017 - COP23 - <u>Diálogo Talanoa</u>





2016 - COP22 - <u>Marrakech Partnership for Global Climate Action Human</u> <u>Settlements Thematic Action Pathway</u>
2014 - COP20 - Agenda de Ação Lima-Paris e NAZCA
2013 - COP19 - <u>Dia das Cidades</u>
2010 - COP16 - <u>Diálogo de Prefeitos e Parlamentares</u>

Destaques em ordem cronológica inversa:

- 2024 Programa de Trabalho de Mitigação focado em cidades, edifícios e sistemas urbanos.
- **2023** *UAE Consensus,* parágrafo 161, incentivou as Partes à ação multinível, e parágrafo 63 sobre cidades resilientes.
- 2021 Pacto Climático de Glasgow enfatizou a necessidade urgente de colaboração multinível.
- 2019 Comitê Permanente de Finanças focou em cidades sustentáveis.
- **2015 Acordo de Paris, preâmbulo,** reconheceu a importância do engajamento de todos os níveis de governo, e Artigo.7.2 dimensões locais e subnacionais da adaptação.
- 2010-2015; workshops e fóruns que abriram caminho para o Acordo de Paris.
- **2007-2009**; *Bali Roadmap* para um regime climático pós-2012, refletido pelo *Local Government Climate Roadmap* para reconhecimento, engajamento e empoderamento de governos locais e outros subnacionais.
- 1995-2006; pouco progresso devido à ausência de disposições substanciais na UNFCCC e no Protocolo de Quioto.

